

TROCAS, TRIBUTOS E COMÉRCIO: O PAPEL DOS *POCHTECA* NA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO MEXICA*

Marcia M. Arcuri**

ARCURI, M.M. Trocas, tributos e comércio: o papel dos *pochteca* na organização do Estado Mexica. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 139-151, 2003.

RESUMO: Até a década de 1970, os estudos voltados à sociedade mexicana basearam-se fundamentalmente nas fontes espanholas escritas no século XVI. Este trabalho apresenta uma discussão metodológica que parte da análise do papel dos *pochteca* (mercadores de longa distância) na articulação da economia mexicana, com base nas fontes indígenas. Essa discussão metodológica procura demonstrar como os avanços das investigações arqueológicas e os estudos interdisciplinares mais recentes tornam evidente que a função dos *pochteca* no equilíbrio do Estado mexicano é muito mais complexa do que sua mera identificação com o comércio de longa distância.

UNITERMOS: Pochteca – Mexica – Economia – Política – Arqueologia – História – Metodologia.

Durante boa parte do século XX a produção historiográfica sobre os Mexica baseou-se fundamentalmente nas fontes escritas produzidas pelos espanhóis, no século XVI. A partir da década de 1970 o governo mexicano, ainda que mobilizado por razões políticas, passou a investir fortemente nas escavações arqueológicas realizadas no altiplano central. Os

resultados alcançados pela arqueologia proporcionaram avanços significativos, permitindo a realização de análises interdisciplinares. Contemplada pelos estudos etnográficos, antropológicos, iconográficos e lingüísticos, a pesquisa em campo e as novas técnicas de análise da cultura material em laboratório provocaram mudanças na interpretação da história dos Mexica. Os pressupostos teórico-metodológicos propostos na investigação interdisciplinar proporcionaram dados muitas vezes destoantes das informações registradas pelos cronistas cujos objetivos, missionário e colonizador, levaram à construção de relatos muitas vezes tendenciosos e controversos. Nesse sentido, uma vez ampliado nosso espectro de análise, revelou-se a necessidade de reavaliarmos grande parte das versões da história mexicana consolidadas até então.

Obviamente, essa problemática não se restringe aos estudos das sociedades do México pré-hispânico, por se tratar de uma questão metodológica. Neste trabalho, partiremos de um exercício preocupado em entender o papel de determinado grupo social na organização sócio-

(*) Os registros coloniais indicam que os Asteca, ao conseguirem passar da condição de povo nômade e subjugado a uma posição de domínio territorial na região lacustre do altiplano central mexicano (vide mapa, Fig. 1), passaram a se auto-denominar Mexica. O termo "asteca" (ou *azteca*) provém da identificação do lugar de origem dos Mexica em Aztlan. Há controvérsias na historiografia sobre a identidade mítica de Aztlan, ou se de fato foi uma cidade de onde partiram os Mexica antes de migrar até o lugar onde fundaram Mexico-Tenochtitlan (sobre o assunto ver Navarrete Liñares 2000a).

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – Pós-doutorado. Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos - CEMA-USP.

econômica do Estado mexica, os *pochteca* (mercadores de longa distância que atuavam em nome do governo), buscando tornar evidente a importância de revermos algumas interpretações das fontes espanholas e indígenas com base nas análises interdisciplinares.

Acreditamos que muitas das lacunas que caracterizam nossa compreensão da história dos Mexica justificam-se pela natureza dos registros coloniais, marcados pela incompreensão dos espanhóis que buscavam consolidar a conquista militar com a “conquista espiritual” do Novo Reino. Soma-se à natureza controversa das fontes de origem espanhola, a densidade simbólica identificada nas narrativas indígenas e nas fontes arqueológicas, que requer uma análise sistemática das evidências, fundamentada no conhecimento aprofundado da cosmovisão autóctone. É igualmente fundamental contextualizar a produção dos registros indígenas que hoje nos servem de referência, lembrando que a grande maioria foi comissionada pelas elites autóctones cujos objetivos, dependendo da conjuntura histórica, nem sempre resultaram em discursos consonantes.

A historiografia do México pré-hispânico foi marcada, durante décadas, por análises isoladas, desenvolvidas em direções paralelas, nas suas respectivas disciplinas das Ciências Humanas. São os estudos mais recentes aqueles que iluminam a importância de uma compreensão interdisciplinar, ainda que os investigadores mesoamericanistas estejam destinados a aceitar a impossibilidade de propor soluções fechadas às muitas limitações inerentes a nosso campo de pesquisa, uma vez que são tantas as versões históricas remanescentes, sedimentadas por diferentes visões de mundo, que não devem ser ignoradas.

Cientes da pluralidade, tomamos como um dos principais objetivos desta discussão mostrar que um longo caminho está por ser traçado no campo das investigações arqueológicas e históricas do México pré-hispânico, o que enxergamos de forma bastante positiva. No caso específico dos estudos focados na sociedade mexica, hoje o pesquisador pode considerar-se amparado, sobretudo, pela abundância de registros arqueológicos cuja análise conta com o apoio fundamental das fontes escritas – narrativas textuais e livros pintados – originadas, em sua maioria, nos primeiros anos de adaptação ao domínio político colonial. Do contato resultaram descrições muitas vezes relatadas por representan-

tes da recém-deposta elite mexica, o que facilita imensamente a projeção do pesquisador num passado tão distinto e tão distante. Nesse sentido, a análise do papel dos *pochteca* no funcionamento econômico do Estado mexica nos vale, neste estudo, para justificar a necessidade de retomarmos alguns conceitos sobre a organização social dos Mexica propostos pela historiografia.

Os *pochteca*

Bernardino de Sahagún dedicou um dos doze livros do *Códice Florentino* aos “mercadores” (Sahagún 1959: IX; 2000 II: 789-851). A nosso ver, isso deve ser entendido como forte evidência da expressividade do grupo na sociedade mexica. De modo geral, eram dois os principais grupos de mercadores: aqueles que atuavam somente em amplitude local (Smith 1996: 20) e os *pochteca* que, de acordo com as fontes textuais, podem ser divididos em ao menos seis categorias (Berdan 1976:151):

- *pochtecatlaloque* – principais mercadores
- *pochteca* – mercadores
- *oztomeca* – mercadores ‘de vanguarda’
- *nahualoztomeca* – mercadores disfarçados
- *teiaoaloanime* – negociavam escravos
- *tealtianime* – ‘banhadores’ de escravos¹

Apesar de encontrarmos certas variações quanto a essas categorias na definição do grupo dos *pochteca* nas referências bibliográficas (Hodge e Smith 1994; Carrasco e Broda 1978; Berdan 1976 e 1978; Hassig 1985; Bray 1968; Chapman 1957), essas divisões são suficientes para entendermos que definir o grupo dos *pochteca* e sua atuação na sociedade mexica é uma tarefa que implica em compreender aspectos do regulamento social que ultrapassam as fronteiras do campo econômico.²

(1) Não nos parece segura essa tradução. De acordo com algumas fontes coloniais, eram os sacerdotes os responsáveis por banhar os escravos destinados ao sacrifício na preparação do ritual. Faz-se necessária uma investigação mais precisa.

(2) Parece-nos fundamental ressaltar que a terminologia utilizada pelos estudiosos da História Econômica das sociedades antigas deve ser tomada com cautela, uma vez que a sociedade contemporânea tende a assumir valores intrínsecos à sua realidade sócio-econômica, ao analisar

O *status* social dos *pochteca* não era o mesmo de um nobre, tampouco de um homem comum. Eles sustentavam maiores privilégios do que outros comerciantes, como aqueles que negociavam nos mercados locais. São muitos os pontos que os diferenciavam de tais comerciantes. Primeiramente, as fontes textuais definem os *pochteca*, em geral, como mercadores de longa distância, responsáveis pelo comércio de bens luxuosos e pela importação de matéria-prima para a manufatura de objetos rituais. Eles viviam em corporações e desfrutavam de grande prestígio perante os governantes do Estado, servindo, inclusive, como agentes políticos (ou ‘embaixadores’) na relação com os *altepeme*³ independentes. Eram também responsáveis pelo regulamento dos mercados. Nesse sentido, para que as funções mercantis dos *pochteca* sejam compreendidas, assim como sua posição social, é necessário primeiramente entender as idiosincrasias da estrutura político-econômica do Estado Mexica e sua relação com os senhorios do altiplano central Mexicano e das terras mais distantes, como a península de Yucatán, onde se concentravam os Maia.

De modo geral, algumas características do grupo dos *pochteca* nos parecem senso comum entre os especialistas. Em *The Aztec*, Michael Smith (1996) apresenta uma descrição detalhada do grupo dos *pochteca*, somando as informações oferecidas por Sahagún (1959:IX) àquelas provenientes de demais fontes textuais, tais como Diego Durán, Alonso de Molina, Motolinía, Alonso de Zorita, Juan de Torquemada, Bernal Díaz del Castillo e outros. Apesar de várias referências bibliográficas adotadas neste estudo oferecerem boas descrições sobre o grupo dos *pochteca* (a maioria baseada nas fontes mencionadas), optamos aqui por nos ater aos dados fornecidos por Smith (1996: 120-124), que faz bom uso das fontes e

registros históricos sob a égide de uma terminologia aplicada anacronicamente. Nesse sentido, deixamos claro que ao tratar de mercados, trocas, comércio e os diversos outros aspectos da economia Mexica estaremos buscando entendê-los de forma contextualizada, buscando nos aproximar da conotação de tais conceitos na cosmovisão autóctone.

(3) *Altepeme* – plural de *altepetl*: termo que define uma unidade política na Mesoamérica. Sobre o Assunto ver Navarrete Liñares 2000b.

organiza as informações de maneira bastante didática. Segundo Smith, os *pochteca* se caracterizavam por:

- serem profissionais de dedicação integral;
- organizarem expedições mercantes em terras além das fronteiras do império;
- organizarem expedições mercantes dentro dos limites do império;
- controlarem e regulamentarem os mercados fixos locais;
- estabelecerem relações exteriores em nome do imperador (espionagem, lutar contra inimigos do Estado);
- estabelecerem transações comerciais para o Estado;
- estabelecerem transações comerciais de motivação e financiamento particulares (a maioria);
- acumularem bastante riqueza (em alguns casos)
- manterem baixo perfil na disposição pública de suas riquezas (por não serem da nobreza);
- comerciarem em segredo;
- controlarem o acesso à categoria social *pochteca* através de hereditariedade e corporativismo (*membership*);
- viverem em bairros (*calpulli*) específicos a eles;
- manterem suas próprias leis de conduta e cortes, diferentes daquelas do sistema legal regular;
- estarem aptos como soldados, carregando armas para sua proteção, mantendo um papel fundamental nas atividades político-militares;
- planejarem itinerários visando melhor custo/benefício das expedições;
- estarem permitidos a atravessar fronteiras estrangeiras, mesmo de estados inimigos;
- buscarem informações sobre recursos, armas e defesas durante as expedições mercantes.

Existiam corporações *pochteca* nos doze *altepeme* oficialmente reconhecidos pela Tríplice Aliança, conforme listado no *Códice Mendoza*: Tenochtitlán, Tlatelolco, Azcaotzalco, Cuauhtitlan, Huitzilopochco, Chalco, Coatlinchan, Huexotla, Mixcoac, Otumba, Texcoco, Xochimilco. Entre os bens negociados, Sahagún lista os mantos e saias decorados de forma elaborada; a plumária colorida de pássaros tropicais; muitos objetos de ouro; colares; instrumentos usados na produção têxtil; adornos de orelhas; lâminas de obsidiana; conchas e corais; agulhas; peles e couros de animais; várias

ervas e pigmentos; escravos; jóias de jade, jadeíta e turquesa.

É importante notar que essa lista de bens inclui não apenas artigos considerados 'luxuosos' entre os mexica, mas a matéria-prima necessária para a manufatura deles. Podemos acrescentar que alguns dos bens citados por Sahagún⁴ remetem a conexões menos óbvias dos *pochteca* com a ideologia de funcionamento do Estado, que vão além do fornecimento de matéria-prima aos artesãos, isto é, além de seu papel comerciante. É, por exemplo, o caso do couro de animais, das lâminas de obsidiana ou, precisamente, dos mantos decorados com insígnias, altamente valorizados por eles. Longe de propormos uma análise específica desses bens materiais, limitamo-nos aqui a lembrar que eles estão diretamente relacionados a aspectos ideológicos, e não simplesmente econômicos, da produção. O couro de animal servia de matéria-prima para a pintura de registros – livros de conteúdo ritual e/ou histórico e anais administrativos;⁵ a obsidiana como instrumental básico nos rituais de sacrifício;⁶ e os mantos decorados com insígnias da elite, simbolizando o *status* social legitimado pela ideologia hegemônica, com base nas trocas por relação de reciprocidade, como veremos mais adiante. Dessa forma, tangemos novamente a importância de

(4) Veremos posteriormente que a atividade dos *pochteca* deve ser entendida dentro de um determinado contexto político-econômico, o que nos faz entender que inúmeros deveriam ser os artigos relacionados às suas transações mercantes. O que nos interessa aqui é relacionar os bens citados nos registros à tentativa de entender a posição social dos *pochteca* frente às diversas atividades e idiosincrasias da sociedade imperial.

(5) Os livros pintados mexicanos, hoje categorizados como 'códices' (ainda que erroneamente, pois os registros em forma de códice foram introduzidos pelos espanhóis), eram de importância fundamental para a educação, disciplina e controle das atividades rituais e administrativas por parte da elite. Clendinnen (1995:133) comenta que as práticas religiosas dos mercadores mexica assumiram um grau de portabilidade que acompanhasse suas atividades 'externas', de forma que eles eram muitas vezes responsáveis por manter seus próprios registros pintados (de maneira geral essa função restringia-se aos sacerdotes responsáveis pelos *calmecac* ou escolas religiosas).

(6) A obsidiana não era uma pedra tão valorizada quanto o jade, ela circulava também no contexto doméstico. Ainda assim são inúmeros os exemplos em que ela aparece no aparato ritual, como por exemplo na faca utilizada para sacrifício.

compreender a complexidade das atividades do *pochteca*, evitando nos restringir às suas implicações comerciais, isto é, às relações de mercado na perspectiva atual do termo.

Os pochteca e o comércio

Conforme mencionado anteriormente, os *pochteca* não eram os únicos responsáveis pelas atividades oficiais de comércio. As relações entre o governo mexica, à frente da Tríplice Aliança, e os demais *altepeme*, fundamentadas em atividades econômicas diretamente ligadas à produção, distribuição, trocas e consumo de produtos (alimentos e outros bens de subsistência, matéria-prima e bens luxuosos), formavam uma complexa cadeia mercantil. Configuravam essa cadeia tanto os mercados locais e regionais, que eram organizados por outros mercadores, como as trocas de longa distância, essas sim de responsabilidade dos *pochteca*, entendidas por alguns autores como exemplos do modelo econômico de "porto de comércio"⁷ (*ports of trade*) proposto por Karl Polanyi, em *Trade and Market in the Early Empires* (1957).

Trabalhando em colaboração com vários pesquisadores, Polanyi analisou modelos de trocas definidas como "comércio de extensão", caracterizado, entre outras variáveis, pela neutralidade geográfica dos lugares onde eram realizadas atividades de troca, para algumas sociedades antigas. No caso da Mesoamérica, Anne Chapman aplica o modelo econômico de "porto de comércio" para explicar as relações de troca de longa distância na conjuntura de hegemonia política da Tríplice Aliança, no final do século XV. Veremos adiante que essa proposta de Chapman é controversa e para entendermos a questão da aplicabilidade ou não do modelo de porto de comércio na Mesoamérica é necessário definir, primeiro, o que entendemos por comércio local, regional e de longa distância, no funcionamento da economia do altiplano central mexicano no período da hegemonia mexica.

Diferentemente do que encontramos muitas

(7) Existem ressalvas por parte de muitos autores na bibliografia referente à aplicação desse modelo econômico às sociedades mesoamericanas, o que retomaremos em seguida.

vezes na historiografia sobre o assunto, define-se aqui por comércio local aquele caracterizado por trocas diretas, sem intermediações ou regulamentos estamentais, basicamente voltadas à economia de subsistência, à circulação de bens essenciais, como por exemplo alimentos ou algodão. De acordo com os testemunhos dos cronistas, essas eram práticas comuns, espalhadas por toda a região do altiplano, em qualquer lugar onde houvesse agrupamentos populacionais, principalmente nas regiões agrárias. Com a expansão do domínio da Tríplice Aliança, as concentrações populacionais urbanas tenderam a aproximar-se dos grandes mercados (que definimos aqui como 'comércio regional'), devido à concentração de especializações de ofícios nos *calpulli*. Estes passavam a depender cada vez mais do acesso às matérias-primas trazidas pelos *pochteca* aos grandes mercados controlados pelos *altepeme* locais, com pouca interferência do Estado mexica. Assim, a multiplicidade e o dinamismo do sistema econômico passava a depender da ação dos *pochteca*, tornando essencial e sua participação, ainda que de forma indireta, no sistema de produção (Hodge e Smith 1994; Carrasco e Broda 1978; Hassig 1985; Berdan 1976). Aparentemente, isso variava de mercados geograficamente mais estratégicos e de controle mais direto, como era o de Tenochtitlan-Tlatelolco,⁸ a atividades comerciais exercidas sob a égide das soberanias locais 'independentes', não restando dúvida de que os mercados do altiplano central exerciam um papel fundamental na economia da região.

"Regulamentos requeriam não apenas freqüência nos mercados, mas proibiam a venda de mercadorias fora do mercado" (Durán 1967 I:177-79)

De qualquer maneira definimos esse tipo de mercado como comércio regional, pois reunia uma grande variedade de bens adquiridos nas trocas dos *pochteca* em regiões distantes, que só assim tornavam-se disponíveis à população local. É o caso, como já mencionamos, da matéria-prima utilizada na confecção de artefatos essenciais à estrutura ideológica do Estado mexica nos níveis econômico (controle dos tributos), político (trocas de presentes entre governantes e indumentária de

guerra), ideológico (controle social através da educação e do teatro) e religioso (oferendas e festas religiosas).

Sabe-se também que, apesar de os Mexica não terem tido um sistema unitário de moeda, alguns produtos serviam como medidas de troca (*barter*), como mantas, grãos de cacau e *hachitas*⁹ (Clavijero 1974:386). Ainda assim, é necessário ter cautela na maneira de entender tais objetos, uma vez que seu valor não era unicamente 'monetário'. As *hachitas*, por exemplo, devem ser entendidas nas funções rituais.¹⁰

Uma vez identificada a importância do suprimento de bens trazidos pelos *pochteca* aos mercados controlados pelo Estado mexica, torna-se necessário compreender o outro lado dessa operação de longa distância, isto é, as trocas para aquisição de produtos em demanda, realizadas no outro extremo da cadeia operatória, distantes dos grandes mercados e, principalmente, as trocas estabelecidas além das fronteiras do domínio da Tríplice Aliança.

Os pochteca e as trocas

O termo *troca* implica uma operação que envolve, no mínimo, duas partes. Discorremos sucintamente sobre as trocas comerciais que caracterizavam os mercados do altiplano central mexicano, assim como as atividades comerciais que chamamos de "locais", isto é, aquelas que corriam de forma independente dos regulamentos econômicos dos mercados de comércio "regional". A organização da economia do Estado mexica foi definida por alguns autores como uma economia complexa, múltipla, que não pode ser entendida isoladamente (Carrasco e Broda 1978; Castillo 1996). Para compreender seu funcionamento, precisamos estar cientes de se tratar de uma sociedade cuja visão de mundo difere demasiadamente das sociedades européias modernas, da mesma forma que seria um enorme equívoco compará-la às sociedades da antiguidade clássica.

No capítulo introdutório de *Economía Política e Ideología no México Pré-Hispánico* (Carrasco e Broda 1978), Pedro Carrasco

(8) Sobre a hierarquia entre mercados do império ver Hodge e Smith (1994:12)

(9) Pequenos machados semilunares feitos de cobre.

(10) Sobre a noção de valor de objetos na Mesoamérica, ver França (1999).

apresenta uma análise da economia mesoamericana fundamentada em bases teóricas contextualizadas, objetivas e adequadas às particularidades da cosmovisão mexica, evitando dessa maneira o caminho das projeções “pasteurizadas” comumente adotado na historiografia sobre o tema.

Carrasco fala sobre a economia pré-hispânica do México, partindo do entendimento da produção voltado à necessidade de examinarmos a ecologia, a tecnologia e a estrutura social, e também suas relações mútuas (Carrasco e Broda 1978:20). O autor comenta o modelo teórico de Polanyi:

“... à primeira vista, a teoria de Polanyi parece partir desse critério e estabelecer seus conceitos básicos de três tipos de troca – reciprocidade, redistribuição e trocas comerciais – na esfera, não da produção, mas da circulação (...) Claramente a definição de Polanyi de ‘redistribuição’ compreende duas fases: primeiro a acumulação de bens em um centro e depois a dispersão a partir do centro, ou seja, a redistribuição propriamente dita. É certo que essa definição evoca, antes de tudo, usos como o *potlatch* e os convites descritos para muitos povos primitivos, assim como o benefício público dos estados sustentados por impostos e tributos; tudo isso se refere ao campo da circulação e da distribuição. Sustento, sem dúvida, que o conceito de redistribuição, como os de reciprocidade e de troca comercial podem ser aplicados igualmente na análise da produção, posto que os meios de produção se distribuem, circulam e se combinam baseados nos mesmos procedimentos. Terra, matérias-primas, instrumentos e trabalho podem ser coordenados com fins de produção em forma de prestações recíprocas entre os indivíduos que deles dispõem, ou mediante a acumulação decidida por uma autoridade central, com base nas transações comerciais. Portanto, os três princípios de reciprocidade, redistribuição e troca comercial podem ser aplicados tanto à esfera da circulação quanto da produção.”

Carrasco continua sua análise demonstrando que os aspectos principais da produção resumem-se na terra e no trabalho, apontando justamente para a importância dos *pochteca* como responsáveis pela circulação dos bens de produção, que não se limitavam à produção

agrícola, dada a importância da circulação da matéria-prima para a produção artesanal (Carrasco e Broda 1978:24). A interpretação de Carrasco reitera nossa perspectiva de que o comércio de longa distância assume importância fundamental na organicidade do sistema econômico mexica, permitindo a circulação dos bens de produção fundamentais à articulação do sistema econômico: produção agrícola, circulação de matérias-primas, produção artesanal, circulação de bens manufaturados.

Conforme afirmamos anteriormente, essas trocas não se restringiam aos aspectos econômicos e demonstram que as atividades dos *pochteca* eram essenciais à manutenção da política-ideológica sustentada pelo Estado. Isto se torna evidente quando analisamos o sistema tributário, as relações de reciprocidade e os cultos oficiais como elementos estruturais na política de expansão e manutenção dos domínios territoriais, na forma de posse dos bens da terra, influenciando organicamente na produção. Veremos a seguir que tanto a documentação colonial como os registros pré-hispânicos apresentam forte evidência para esta argumentação.

Os tributos, a guerra, o ritual e a reciprocidade

A *Matrícula de Tributos* é um registro originalmente produzido no período pré-hispânico cuja cópia foi integrada, já no período colonial, ao *Código Mendoza* (um livro pintado, comissionado aos mexica recém-depostos para ser encaminhado ao Vice-Rei espanhol Don Antonio de Mendoza.) A *Matrícula de Tributos* pode ser considerada fonte ímpar no estudo do sistema tributário da Tríplice Aliança, apresentando uma lista exaustiva dos bens adquiridos por tributos. O subsequente *Código Mendoza* foi dividido em três partes, sendo a primeira relativa às conquistas de senhorios (ou *altepeme*) que estavam sob a hegemonia da Tríplice Aliança quando chegaram os espanhóis, a segunda contendo a reprodução integral da *Matrícula de Tributos*, e a terceira apresentando “o dia-a-dia” da sociedade que vivia sob as rígidas regras de conduta impostas pelo governo mexica.

Sabe-se que os tributos eram uma enorme fonte de acumulação de riquezas para os Mexica. Entretanto, deve-se considerar que as atividades comerciais de longa distância dos *pochteca* tinham, além das motivações econômicas, uma importante

participação na política expansionista mexica, assim como nas relações diplomáticas e de reciprocidade entre as elites dos *altepeme*. Se, por um lado, cada *altepetl* possuía uma organização política própria, constituindo uma soberania independente com relação ao domínio local (socialmente verticalizado), de outro estavam submetidos à constante pressão militar da Tríplice Aliança, liderada pelos Mexica, o que contribuiu para uma hierarquização do sistema político que levou a Tríplice Aliança a dominar a maior parte do território mesoamericano em muito pouco tempo. Encontramos no testemunho dos informantes de Sahagún, nos relatos da *História General*, referências do envolvimento direto dos *pochteca* neste processo, como demonstra o trecho a seguir:

“... porque seus tios, os *pochteca*..., nós pusemos nossas cabeças e vidas em risco, e trabalhamos de noite e de dia, e ainda que nos chamamos mercadores e assim parecemos, somos capitães, soldados que dissimuladamente andamos a conquistar, e trabalhamos e padecemos muito para alcançar estas coisas que não eram nossas, senão que por guerra e com muito trabalho alcançamos...” (Sahagún 2000 II:795)

A identificação de uma política expansionista por trás das chamadas ‘guerras rituais’,¹¹ legitimadas na política ideológica mexica pela necessidade de alimentar o Sol com o coração de guerreiros sacrificados, é um tema bastante explorado pela historiografia atual. Em *The Essential Codex Mendoza*, Frances Berdan e Patricia Anawalt (1997) apresentam uma seqüência de mapas relativos à expansão territorial alcançada durante os sucessivos reinados mexica, desde Acamapichtli (1376–

(11) Na cosmovisão mesoamericana, o combate ritual está presente na grande maioria das narrativas de criação do cosmo, dos deuses e da humanidade. De acordo com o mito de criação exaltado pela elite mexica, a Era em que viviam correspondia ao quinto Sol que, assim como os quatro sóis anteriores, estava predestinado a morrer. Para evitar o fim de sua Era, os Mexica teriam recebido de sua divindade patrona, Huitzilopochtli (associado à guerra e ao Sol diurno) a missão de alimentar o Sol com o coração de guerreiros sacrificados, para que ele vigerasse em vencer no combate com as forças da noite e da obscuridade, evitando assim o fim dos dias e da vida no âmbito terreno.

1396 d.C.) até Motecuhzoma Xocoyotzin (1503–1520 d.C.), baseados num estudo pormenorizado dos fólhos correspondentes às conquistas militares registradas no *Códice Mendoza*. Comparar a distribuição geográfica dos *altepeme* subjugados ao poder da Tríplice Aliança nos dois períodos é um ótimo exercício para entendermos as conseqüências econômicas da política expansionista (Figs. 1 e 2). O mesmo torna-se evidente quando analisado o acúmulo de bens, na forma de tributos, contemplado nos registros da *Matrícula de Tributos*. Na figura três podemos observar a riqueza dos tributos cobrados de Soconusco, *altépetl* conquistado pela Tríplice Aliança, incluindo objetos do mais alto valor social e religioso, tais como a pele de onça e as jóias de jade.

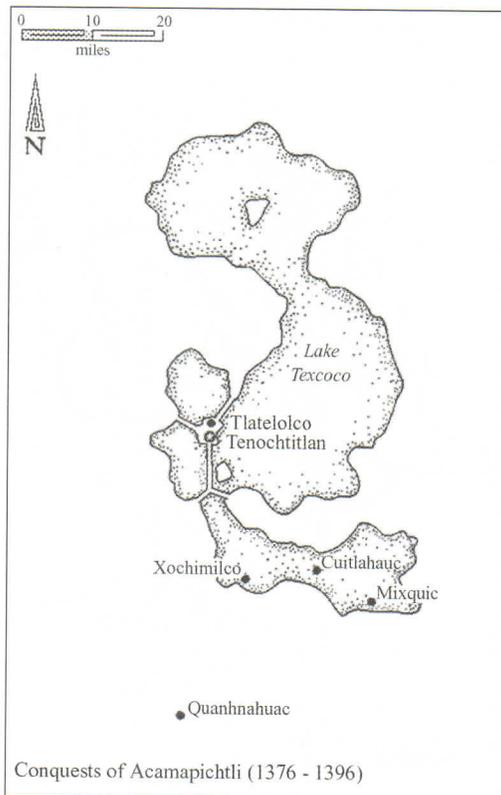


Fig. 1 – Acamapichtli (1375-1385 d.C.). Mapa que representa a extensão das conquistas da Tríplice Aliança no primeiro reinado (cada ponto indica uma localidade conquistada). Fonte: Berdan e Anawalt 1997:8.

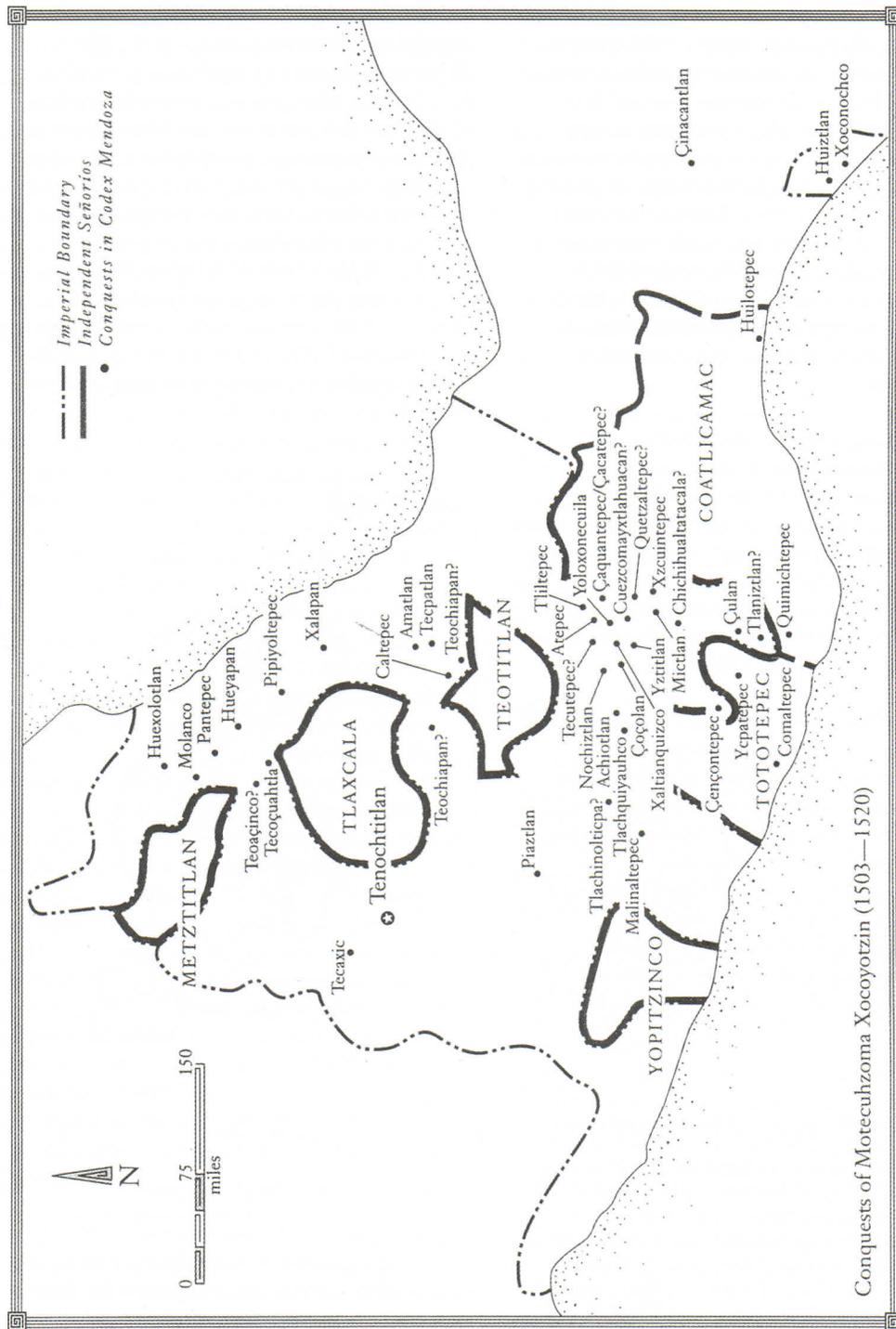


Fig. 2 – Motecuhzoma Xocoyotzin (1502-1520 d.C.). Mapa que representa a extensão das conquistas da Tripla Aliança no último reinado (cada ponto indica uma localidade conquistada). Fonte: Berdan e Anawalt 1997:24.

Apesar de o *Códice Mendoza* ter sido confeccionado a pedido das autoridades espanholas, é justamente o fato de ele incluir uma cópia da *Matrícula de Tributos* que nos chama a atenção aqui. Ao ser alegada no *Códice Mendoza*, junto às duas outras partes que exaltam as conquistas militares e a fundamentação moral e jurídica da sociedade mexicana, a *Matrícula* pode ser entendida como uma declaração política, legitimada pela força, pela riqueza e pela tradição.¹²

Enxergamos aqui uma parcela 'não econômica' presente no discurso desses registros. Os tributos eram, sem dúvida alguma, uma enorme fonte de riqueza para as elites da Tríplice Aliança que patrocinavam as atividades dos *pochteca*. Vimos, entretanto, que a atividade comercial de longa distância desenvolvida pelos *pochteca* tinha grande influência nos meios de produção que, além das motivações econômicas e militares, supriam, ainda que de forma indireta, relações diplomáticas e de reciprocidade, como demonstra Victor Castillo (1996:97).

"...se a nobreza era promotora direta das atividades dos *pochteca*, deve supor-se uma acumulação de bens em suas mãos... No caso dos *tlatoque* e *pipiltin*¹³ do México, a origem e existência desta acumulação se localizam, em parte, nas arrecadações que afetavam os próprios súditos e, por outro lado, nos artigos tributados advindos dos povos subjugados. Por esta última via os governantes obtinham diversos tipos de cereais (utilizados para o sustento do exército, das festas, dos convites e do povo nas épocas de seca), mas também abastecia-se de objetos, sobretudo suntuosos, manufaturados, semi-elaborados ou em seu estado natural, os quais, acredita-se, serviram como regalos para guerreiros distinguidos, embaixadores de outros povos e ainda para os mesmos comerciantes, ainda que uma boa porção deles permanecia entesourada pela nobreza e parte significativa retornasse aos senhores dos lugares tributados."

(12) Considerando que os livros pintados sempre serviram como instrumentos de comunicação, ensino, regulamentação e manutenção das tradições e do ritual (tendo uma circulação muito restrita) é fundamental pensar no papel que esses documentos passam a exercer sob as novas normas estabelecidas nas relações entre a elite mexicana e os espanhóis, no contexto colonial.

(13) Senhores e nobres.

Sabemos, entretanto, que o interesse do Estado pelas atividades dos *pochteca* voltadas ao controle político e social não se limitava às relações de diplomacia e de reciprocidade entre as elites. A circulação de alguns produtos listados na tributação mexicana estava também fortemente amarrada à organização das festas religiosas. O ciclo das festas mexicas estava vinculado ao calendário solar (de 360 dias complementados por cinco dias 'negativos'¹⁴). Eram realizadas dezoito festas correspondentes a 'meses' de vinte dias, as chamadas *vintenas*.¹⁵ O estudo pormenorizado das festas mexicas revela que este ciclo ritual espelhava-se nos ciclos sazonais da produção agrícola, estando fortemente atrelado à demanda de produtos.¹⁶ Na cadeia operatória, as festas que compunham o calendário ritual eram a expressão máxima da organicidade do sistema econômico fundamentado na produção, concentração e redistribuição de bens (seja na forma de alimentos, mantas, insígnias ou diversos objetos de valor ritual), articulando a participação e controle de todos os grupos sociais sob a égide do poder hegemônico. Em outras palavras, o ciclo ritual que durava o ano inteiro e determinava a participação de todos os grupos da sociedade, nas suas respectivas festas e funções, garantia um rígido controle social por parte do Estado. Percebemos, assim, que guerra, tributos, ritual e reciprocidade são todos aspectos de um

(14) Os *nemontemi* eram os cinco dias de mau augúrio nos prognósticos do calendário solar mexicana, que ocorriam na passagem de cada ciclo completo de 360 dias do calendário solar.

(15) O termo *vintenas* surgiu no período colonial para designar as dezoito festas ou 'meses' correspondentes. É importante notar o conceito temporal de 'mês' não corresponde necessariamente à maneira como articulavam-se os calendários mesoamericanos e foi aplicado ao estudo das festas no período colonial, o que levantou algumas ressalvas na historiografia. Sabemos, contudo, que as festas podiam durar até 80 dias; além disso, a contagem de tempo adotada pelos indígenas mesoamericanos era bastante precisa (mais do que o calendário Juliano da época) e os calendários mesoamericanos passavam por justos quando necessário (como é para nós o ano bissexto). Defendemos, portanto, os estudos sobre o ciclo de festas mexicas que sustentam sua correlação precisa com o calendário solar, mas questionamos a segmentação do ciclo em espaços temporais equivalentes a meses de vinte dias. Sobre o assunto ver Arcuri 2003, capítulo 3.

(16) Sobre o assunto ver Broda 1979, 1983, 2000; Carrasco 1979; Aveni 1975, 1991; Brotherston 1992.

sistema político-econômico que contava com a dinâmica de produção dos *pochteca*.

Os pochteca e os portos de comércio na Mesoamérica: fontes arqueológicas na solução de um debate historiográfico

Uma vez esclarecido que a amplitude do papel dos *pochteca* na sociedade mexica é mais complexa do que uma mera identificação com o comércio de longa distância, retomamos a questão inicialmente proposta neste trabalho, sobre a necessidade latente de adequarmos as metodologias adotadas no estudo das sociedades pré-hispânicas aos avanços científicos mais recentes. Para elucidarmos esta questão, tomando ainda como base a função dos *pochteca* na economia mexica, concluiremos este exercício apresentando, de maneira bastante sucinta, um exemplo de como os avanços da pesquisa iconográfica e arqueológica contribuíram para o esclarecimento de uma polêmica historiográfica originada nos anos sessenta a partir de um estudo comprometido por uma metodologia inadequada.

Conforme mencionado anteriormente, o modelo teórico de Polanyi de 'portos de comércio' foi aplicado por Anne Chapman a algumas regiões de intercâmbio da Mesoamérica no final da década de 1950. A receptividade do estudo de Chapman (1957:VII) intitulado "Port of Trade Enclaves in the Aztec and Maia Civilizations" varia, na historiografia, de acordo com estudos de casos específicos de cada região. A nosso ver, ainda que a proposta de Chapman para entender os 'portos de intercâmbio' na Mesoamérica não seja totalmente inválida, acreditamos que grande ressalva deve ser feita ao método adotado, uma vez que um modelo criado para uma sociedade da Polinésia foi aplicado diretamente às sociedades mesoamericanas, que pouco se identificavam com a primeira.

Atendo-nos a um exemplo prático, temos o caso específico de Soconusco, um sítio arqueológico que havia sido identificado por Anne Chapman como um porto de comércio e cuja definição passou a ser questionada, na historiografia, algumas décadas mais tarde.

Nos anos setenta, Frances Berdan (1976) realizou um estudo detalhado das relações de troca, tributos e do comércio mexica, fundamentado principalmente na análise das fontes indígenas. Contemplada por novos dados, a autora pôde dar

um passo à frente na interpretação das informações encontradas por Chapman na documentação de Sahagún produzida à luz do modelo econômico europeu. Na visão de Berdan:

"...Chapman (1957) discutiu a natureza dos 'portos de comércio' na Mesoamérica na época imediatamente precedente à Conquista. Ela sugere que certos centros de intercâmbio costeiros da Mesoamérica podem ser descritos como 'portos de comércio'. Apesar de Chapman defender a viabilidade desse modelo naquela região, a evidência documental indica inúmeras discrepâncias em relação à verdadeira estrutura das atividades comerciais na Mesoamérica pré-hispânica (...). As investigações focam os locais de mercado dessas áreas de comércio, o grau de neutralidade e a natureza passiva ou dinâmica do envolvimento local nas trocas. O primeiro desses aspectos está ligado à definição mais ampla do papel dos mercadores profissionais em 'portos de comércio', que provavelmente não se restringiam às atividades de comércio oficiais, mas estendiam para as suas atividades mercantes nos mercados. A característica mais diagnóstica dos 'portos de comércio', contudo é a neutralidade. Se, por exemplo, Soconusco estava inquestionavelmente integrada no império mexica como província conquistada, seu *status* de porto de comércio deve ser reconsiderado..."

Berdan refere-se, no trecho citado, ao fôlio 47r do *Códice Mendoza*,¹⁷ reproduzido na Figura 3. Alguns anos mais tarde, sua interpretação foi confirmada pelos estudos arqueológicos realizados em Soconusco e, conforme avalia Voorhies (1991:20), o modelo de Chapman provou-se insuficiente:

"... Chapman usou fontes escritas para concluir que o modelo de porto de intercâmbio se aplicava adequadamente à organização econômica de Soconusco no período pré-Hispânico tardio. Proponho que virtualmente não há uma evidência firme e direta que nos conduza de maneira inevitável à conclusão de que o porto de intercâmbio tipificava a economia de distribuição de Soconusco. De fato, a evidência aponta para uma interpretação radicalmente diferente dos registros históricos..."

(17) Parte II, referente à *Matricula de Tributos*.

O caso de Soconusco é apenas um exemplo dentre vários sítios recém-escavados que vêm revelando novas interpretações na história do México pré-hispânico. Ele reforça nossa proposta inicial de que os estudos dessas sociedades devem ser encarados de forma dinâmica e diacrônica. Ao buscarmos entender o papel de um determinado grupo social, como fizemos aqui com os *pochteca* e sua atuação na organização do Estado mexica, deparamos com uma tarefa que requer a análise atenta e crítica da historiografia, uma leitura que permaneça preocupada em verificar a natureza e a contextualização das fontes por ela adotadas. No estudo dos *pochteca*, isso foi suficiente para percebermos as idiosincrasias de um

sistema político-econômico complexo, que deve ser entendido à luz de uma concepção que transcende a esfera comercial de valor, estando a produção e a circulação dos bens diretamente relacionadas aos regulamentos sociais e ideológicos controlados pela elite governante mexica, e sendo os *pochteca* agentes essenciais nesse mecanismo.

Agradecimentos

Agradeço à FAPESP pelo financiamento de minha pesquisa de Doutorado e a orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano.

ARCURI, M.M. Trade, tribute and market: the role of the *pochteca* in the organization of the Mexica State. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 139-151, 2003.

ABSTRACT: Up until the 1970's, studies of the Mexica were largely based on Spanish records produced in the 16th century. This work is a methodological discussion resulting from analysis of indigenous accounts of the *pochteca*'s (long-distance merchants) role in the running of the Mexica economy. The methodological discussion aims to demonstrate how advances in archaeological findings and recent interdisciplinary studies reveal that the *pochtecas* were more than mere long-distance merchants. They played a complex role in the balance of the Mexica official economy.

UNITERMS: Pochteca – Mexica – Economy – Politics – Archeology – History – Methodology

Fontes citadas

- DÍAZ DE CASTILLO, B.
Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España.
Ed. 1982, Instituto "Gonzalo Fernández de Oviedo".
C.S.I.C., Madrid.
- DURÁN, FR. D. DE
Historia de las Indias de Nueva España e Islas de Tierra Firme.
Ed. 1995, Cien de México, México.
- MOLINA, A. DE
Vocabulario em Lengua Castellana y Mexicana.
Ed. 1944, Ediciones Culturales Hispánicas, Madrid.
- MOTOLINÍA, FR. T. DE B.
Libro de las Cosas de la Nueva España y de los Naturales de ella.
Ed. 1971, O'Gorman UNAM, México.
- SAGHAGÚN, FR. B. DE
Florentine Codex (book IX)
Ed. 1959, Dibble and Anderson, University of Utah, Santa Fé.
- SAGHAGÚN, FR. B. DE
Historia General de las Cosas de Nueva España.
Ed. 2000, Editorial Porrúa, México.
- TORQUEMADA, FR. J. DE
Monarquía Indiana.
Ed. 1975, León-Portilla, UNAM, México.
- ZORITA, A. DE
Life and Labour in Ancient México: the brief summary relation of the lords of New Spain (ed. Keen) University of Oklahoma Press, Norman.

Referências bibliográficas

- ARCURI, M.M.
2003 Os sacerdotes e o culto oficial na organização do Estado Mexica. São Paulo, Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia – FFLCH-USP.
- AVENI, A.F.
1975 *Archaeoastronomy in pre-Columbian America*. Austin: University of Texas Press.
1991 *Observadores del cielo en el México antiguo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BERDAN, F.F.
1976 *Trade, Tribute and Market in the Aztec Empire*. Doctoral dissertation, University of Texas Press.
1978 Ports of Trade in Mesoamerica: a Reappraisal. *New World Archaeological Foundation Papers*, 40: 187-198.
- BERDAN, F. F.; ANAWALT, P.R.
1997 *The Essential Codex Mendoza*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- BRAY, W.
1968 *Everyday life of the Aztecs*. Putnam, London, New York: Batsford.
- BRODA, J.
1979 Estratificación social y ritual Mexica: un ensayo de antropología social de los Mexica. *Indiana*, 5: 45-82.
1983 Ciclos agrícolas en el culto: un problema de la correlación del calendario Mexica. A.F. Aveni; G. Brotherston (Eds.) *Calendars in Mesoamerica and Peru: native American computation of time*. Oxford, BAR International Series 174: 145-165.
2000 Ciclos de fiestas y calendario solar Mexica. *Arqueología Mexicana*, 7 (41): 48-55.
- BROTHERSTON, G.
1992 *Book of the Forth World: reading the native Americas through their literature*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CARRASCO, P.
1979 Las fiestas de los meses Mexicanos. B. Dalhgren (Coord.) *Mesoamerica: homenaje al Doctor Paul Kirchhoff*. SEP-INAH: 52-60.
- CARRASCO, P.; BRODA, J.
1978 *Economía Política e Ideología en el México Prehispanico*. México: Editorial Nova Imagen.
- CASTILLO FERRERAS, V.M.
1996 *Estructura económica de la sociedad Mexica*. México, UNAM/ Instituto de Investigaciones Históricas.
- CHAPMAN, A.
1957 Port of Trade Enclaves in the Aztec and Maia Civilizations. K. Polanyi; C.M. Arensberg; H.W. Pearson (Eds.) *Trade and Market in the Early Empires*. New York: The Free Press: 114-154
- CLENDINNEN, I.
1995 *Azetics, an interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANÇA, L. M.
1999 Transformações da Noção de Valor na Mesoamérica: 'Objetos - Preciosos' como Intermediários nas Trocas Indígenas e o seu Encontro com a Moeda Metálica. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- HASSIG, R.
1945 *Trade, tribute, and Transportation*. Norman: University of Oklahoma Press.
- HODGE, M. G E SMITH, M. E.
1994 *Economies and Politics in the Aztec Realm*. Institute of Mesoamerican Studies, The University at Albany, State University of New York, Albany.
- NAVARRETELINÑARES, F.
2000a *Las fuentes indígenas más allá de la dicotomía entre historia y mito*. <http://ceveh.com/biblioteca/artigos/FN-P-A-historiaymito.html>
2000b *Mito, historia y legitimidad política: las migraciones de los Pueblos del Valle de México*. Tese de Doutorado. México, Faculdade de Filosofia e Letras da UNAM.
- POLANYI, K.
1968 *Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, G. Dalton (Ed.) New York, Garden City.
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C.M.; PEARSON, H.W. (EDS.)
1957 *Trade and Market in the Early Empires*. New York: The Free Press.
- SMITH, M.E.
1996 *The Aztecs*. Oxford: Blackwell.
- VOORHIES, B.
1991 *La Economía del Antiguo Soconusco, Chiapas*. UNAM, México.

Recebido para publicação em 15 de dezembro de 2003.